



'Os Mártires' (1927), de Antônio Parreiras, recria movimentos que antecederam a emancipação

— 'Adeus, senhor Portugal' relata o papel da crise econômica no movimento da Independência

# 'O pai do Brasil foi o déficit; a mãe, a inflação'

VINICIUS NEDER  
RIO

Uma crise fiscal deu o impulso final para a Independência do Brasil, sustentam o jornalista Rafael Cariello e o economista Thales Zamberlan Pereira, no livro *Adeus, senhor Portugal* (Companhia das Letras), nas livrarias desde a semana passada. Ao recontar a história da emancipação política, 200 anos depois, os autores inserem, como crucial, a crise econômica. As turbulências do início dos anos 1820, documentadas pelos observadores das ruas do Rio de Janeiro, capital do então Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves, se inserem no contexto mais amplo das crises das monarquias absolutistas que se espalharam pela Europa desde fins do século 18, mas logo ganharam particularidades brasileiras, como o bloqueio das tentativas de abolir a escravidão e a gastança do governo.

"O Brasil nasceu de uma crise fiscal. Seu pai foi o déficit. Sua mãe, a inflação", escrevem Cariello e Pereira, no primeiro capítulo do livro. "Quase todas as grandes crises políticas profundas, que geraram mudanças institucionais no Brasil, como golpes e distensões, incluindo o golpe de 1964, a

transição da ditadura para a democracia (no início dos anos 1980) e a crise da Dilma (Rousseff, que sofreu impeachment, em 2016), tiveram origem em crises econômicas com uma raiz fiscal", disse Cariello.

Duzentos anos atrás, d. João VI, que chegou ao Rio em 1808, representava a crise em si. Conforme contam Cariello e Pereira, desde meados da década de 1810, a grave crise econômica vinha se traduzindo em insatisfação dos súditos do reino com o monarca. O destaque de *Adeus, senhor Portugal* é a compilação de dados econômicos e financeiros sobre a crise econômica e de relatos de observadores sobre o clima de insatisfação com a economia naqueles dias.

**GASTOS MILITARES.** Assim como ocorreu em várias monarquias absolutistas da Europa na virada do século 18 para o 19, o principal motivo para o rombo orçamentário da Coroa portuguesa foi a elevação dos gastos militares, na tentativa de expulsar as tropas francesas que invadiram Portugal em 1807, durante as Guerras Napoleônicas, mas também houve gastança. Saltava aos olhos dos observadores que circulavam pelo Rio uma "sucessão de festividades que não custaram pouco aos cofres públicos" para marcar aniversários e ca-



ERICA FUJITO

.....  
**Crises fiscais ainda atormentam o País 200 anos depois**

Duzentos anos depois da “crise inaugural” do orçamento público que deu o impulso final para a Independência, o Brasil segue preso numa crise econômica com raiz em problemas fiscais. Para Samuel Pessoa, sócio da gestora de recursos Julius Baer Family Office e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV, “o problema fiscal continua”, mas talvez já não seja mais tão grave. Desde o fim do governo Dilma, “houve uma melhora estrutural” nas contas públicas.

Mesmo assim, o próximo governo, seja quem for o presidente eleito, “vai ter de dizer para a sociedade” como pretende resolver o problema. Nas contas de Pessoa, o rombo a ser equacionado fica entre R\$ 200 bilhões e R\$ 250 bilhões. “Se não fizer, a inflação vai voltar, e o político será penalizado, será visto pela sociedade como responsável pela volta da inflação”, afirmou o pesquisador da FGV. ● v.m.

dição necessária para as independências das colônias europeias nas Américas, não era suficiente. A insatisfação popular, e não só das elites, manifestada em revoltas em cidades de Portugal e do Brasil, deu o empurrão final. Praticamente expulso do País em 1821, d. João VI voltaria a Lisboa para se submeter à formação de uma monarquia constitucional. Seu primogênito, d. Pedro I, ficaria no País e lideraria a Independência, mas não conseguiria resolver a crise econômica.

O interesse das elites em manter o modelo econômico baseado na mão de obra escravizada no processo também vem sendo destacado como uma particularidade da emancipação do Brasil, tanto em trabalhos lançados por conta do bicentenário da Independência quanto por acadêmicos. Cariello e Pereira não veem a escravidão como central nas crises, mas a manutenção do modelo após a Independência resultou na elevada desigualdade socioeconômica. Desigualdade que ecoa num sistema tributário, que cobra menos impostos diretos, sobre a propriedade, e mais impostos indiretos, sobre os bens, que pesam mais sobre os mais pobres. ●

Rafael Cariello e Thales Zamberlan Pereira

# ‘Os indicadores melhoram quando d. Pedro parte’

ENTREVISTA

Rafael Cariello é jornalista; e Thales Zamberlan Pereira, economista e professor da escola de economia da FGV em São Paulo

Se o Brasil quer pensar seu presente a partir do bicentenário da Independência, a figura de d. Pedro I, primeiro imperador brasileiro e, posteriormente, rei português, não pode servir de símbolo, como tenta o governo do presidente Jair Bolsonaro (PL), ao trazer o coração do monarca como parte dos festejos do aniversário da emancipação do País. A avaliação é do economista Thales Zamberlan Pereira. No livro *Adeus, senhor Portugal*, Pereira e o jornalista Rafael Cariello sustentam que, mesmo com problemas, a Independência foi um processo político positivo, inserido nos movimentos que derrubaram as monarquias Absolutistas, regime que d. Pedro I representava. A seguir, os principais trechos da entrevista:

**Como veem as comemorações do bicentenário da Independência?**

Thales Pereira: A Independência é uma solução, uma reação contra o Absolutismo, que era algo que vinha ocorrendo não só no Brasil, mas em várias partes do mundo. Comemorar o bicentenário através do corpo de d. Pedro é errado porque ele representava um legado desse Absolutismo. No livro, tentamos argumentar que a Independência foi um movimento não só das elites, mas da população como um todo, contra a ideia que representava um passado já naquele tempo, de que as pessoas não podem ser reféns da arbitrariedade de uma pessoa.

**A Independência, então, só se concretiza com a abdicação de d. Pedro I, em 1831?**

Pereira: A Independência não foi uma quebra, foi um processo. O processo começa com os debates sobre a monarquia constitucional, com d. Pedro I, mas vai até 1831. Não é porque ocorre uma mudança que todos os problemas estão resolvi-

dos. Alguns problemas vão permanecer. Mudanças e avanços não vêm simplesmente de uma ruptura de um ano para o outro, é algo gradual. Não adianta me separar de Portugal, em 1822, se vamos ficar reféns de um novo déspota. O avanço aparece justamente quando d. Pedro tenta se tornar esse novo déspota. A sociedade reage contra essa tentativa de d. Pedro, de cometer os mesmos erros do pai, o abuso de autoridade, o excesso de gastos, guerras, o impacto na inflação. Só que, dessa vez, vamos conseguir mandá-lo de volta. Em 1831, d. Pedro é retirado do Brasil. E, no momento em que embarca no navio para voltar a Portugal, os indicadores começam a se estabilizar. Se queremos pensar o nosso presente a partir do bicentenário, não podemos tê-lo como um símbolo.

**A crise do Absolutismo é também um momento de mudança de modelo econômico, com o início da industrialização na Europa. Isso influenciou a crise econômica no Brasil?**

Pereira: No contexto internacional, a crise econômica vem das Guerras Napoleônicas. Portugal já está com um problema fiscal, a família real vem para o Brasil, ela é muito grande para o orçamento brasileiro. Vemos no fim do século 18 um aumento do comércio. Isso beneficia o Brasil, não vai ser uma causa da crise fiscal. É isso que está gerando renda. Tanto é que quem é mais tributado e transfere dinheiro sem limites para o Rio de Janeiro é o Nordeste, especialmente Maranhão, Pernambuco e Bahia. Essas capitânicas estão se beneficiando do boom comercial e, por isso, estão indignadas com

a coroa no Rio. Cariello: Elas estão se beneficiando porque estão vendendo algodão para a Revolução Industrial inglesa. Pernambuco e Maranhão eram os principais fornecedores dessa matéria-prima básica da Revolução Industrial, no início do século 19.

**A manutenção do modelo econômico escravocrata após a Independência contribuiu para a crise?**

Pereira: Existe essa era das revoluções, e existem países que estão sendo formados que têm escravidão, que têm tráfico (de escravizados), que não têm tráfico, países que vão abolir a escravidão depois. Existe uma heterogeneidade de países que têm esse impacto fiscal e se tornam independentes. A escravidão é importante, mas não pode ser central na interpretação sobre a Independência brasileira. É muito difícil argumentar que a escravidão tem um papel central. O que conecta as interpretações sobre a Independência é esse esgotamento fiscal e econômico do Absolutismo. E isso acontece onde existem escravizados e onde não existem.

**A manutenção do modelo econômico escravocrata não foi um obstáculo à industrialização, que avançou nos Estados Unidos, por exemplo?**

Pereira: No caso do Brasil, como a escravidão continuou em muitos lugares do que nos Estados Unidos, a crise fiscal se perpetuou ao longo do tempo devido à desigualdade. No século 20, teremos muito menos tributação direta, sobre propriedade, como nos Estados Unidos, e muito mais tributação indireta, na qual os mais pobres sofrem mais. A incapacidade de gerar recursos suficientes apenas via tributação indireta vai gerar o problema do Brasil ao longo do século 20: vamos gastar mais do que podemos e vamos tentar resolver isso imprimindo moeda e gerando inflação, de novo, penalizando os mais pobres. Nos EUA, mesmo com a escravidão, há evidência de que a desigualdade de renda era muito mais baixa. A estrutura fiscal americana se desenvolveu ao longo do tempo de forma completamente diferente, sobre impostos diretos e sobre a propriedade, o que permitiu uma certa estabilidade fiscal.

Cariello: O problema fiscal do antigo regime não é só gastar demais, é cobrar menos de quem pode pagar. Isso continua, de certa forma, no Brasil do século 19. Por ser uma sociedade altamente desigual, por causa da escravidão, as elites têm muito poder. O Brasil passa o século 19 inteiro sem cobrar imposto de propriedade. As pessoas têm fazendas e não pagam imposto sobre propriedade. ●



Adeus, senhor Portugal

Autores: Rafael Cariello e Thales Zamberlan Pereira  
.....  
Editora: Companhia das Letras  
416 páginas  
R\$ 99,90

➔ samentos dos membros da família real. Ao mesmo tempo, a distribuição de títulos de nobreza conferia “vantagens materiais” à elite econômica fluminense.

Para tapar os rombos nas contas, a Coroa tomava empréstimos no Banco do Brasil e ampliava a cunhagem de moedas. Entre 1817 e 1820, “as transferências do banco representaram impressionantes 34% da receita do governo”, escrevem Cariello e Pereira. Já a emissão monetária fomentou a inflação. Entre 1815 e 1819, o preço da carne seca triplicou. O da farinha de mandioca dobrou.

Um dos principais argumentos da obra é o de que, embora a difusão das ideias liberais a partir da Inglaterra e da França, do século 18 em diante, fosse con-

ALEX SILVA/ESTADÃO



Pereira e Cariello relatam em livro históricas crises do Brasil